



MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL

Secção de Património

PROGRAMA DE CONCURSO

1. OBJETO
2. ENTIDADE PÚBLICA ADJUDICANTE
3. ENTIDADE QUE PRESIDE À HASTA PÚBLICA
4. DESTINATÁRIOS
5. CONSULTA DAS PEÇAS PATENTEADAS E OBTENÇÃO DE CÓPIAS
6. RECONHECIMENTO DOS LOTES
7. PROPOSTA
8. DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM A PROPOSTA
9. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS
10. PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS
11. VALOR BASE
12. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO
13. LOCAL, DIA E HORA DO ATO PÚBLICO
14. ADMISSÃO DAS PROPOSTAS
15. TRAMITAÇÃO DO ATO PÚBLICO
16. ADJUDICAÇÃO PROVISÓRIA
17. PAGAMENTOS
18. DOCUMENTOS A ENTREGAR PELO ADJUDICATÁRIO
19. NÃO ADJUDICAÇÃO
20. CAUÇÃO
21. CONTRATO
22. DISPOSIÇÕES FINAIS
23. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL

Secção de Património

Pretende o Município de São Pedro do Sul, e harmonia com o despacho do senhor Presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Sul, datado de 15/05/2019 e em sequência da deliberação da Câmara Municipal, datada de 09/05/2019, proceder à venda de diversos lotes de veículos.

1 – OBJETO

É objeto do presente procedimento a alienação a título oneroso de diversos lotes de veículos, com a seguinte estrutura:

LOTE	MARCA	MODELO	ANO	MATRICULA	Nº Série	VALOR BASE
1	Volvo	B12	1999	87-78-OC		20.000,00 €
2	Iveco	A45 E 10D Minibus	1997	01-95-JG		2.560,00€
3	Ford	Transit	1996	62-02-HG		100,00€
4	Caterpillar	120G	1991		087V03711	16.000,00€

Informações complementares acerca da constituição e características dos diferentes lotes, constam do Anexo A ao presente Caderno de Encargos.

2 – ENTIDADE PÚBLICA ADJUDICANTE

A entidade pública adjudicante é o Município de São Pedro do Sul, pessoa coletiva número 506 785 815, com sede no Largo de Camões, 3660-436 São Pedro do Sul, com o telefone 232 720 140 e com o endereço eletrónico <http://www.cm-spsul.pt>.

3 – ENTIDADE QUE PRESIDE À HASTA PÚBLICA

A entidade que preside ao ato público é a Comissão nomeada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal por despacho datado de 15/05/2019.

Compete à Comissão proceder à adjudicação provisória.

4 – DESTINATÁRIOS

Qualquer interessado pode apresentar propostas ou licitar

5 – CONSULTA DAS PEÇAS PATENTEADAS E OBTENÇÃO DE CÓPIAS

As peças da Hasta Pública encontram-se patentes na Secção de Património desta Câmara Municipal, onde podem ser consultadas, das 9.00 horas às 16.30 horas.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL

Secção de Património

Encontram-se igualmente disponíveis para consulta e download dos interessados no endereço eletrónico <http://www.cm-spsul.pt>.

6 – RECONHECIMENTO DOS LOTES

Os interessados que assim o entendam podem, até ao dia anterior para entrega das propostas, contactar a Secção de Património (telefone 232 720 140 – Extensão 325, email: patrimonio@cm-spsul.pt) para esclarecimento de qualquer dúvida ou marcar visita ao objeto da presente venda.

7 – PROPOSTA

- a) A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo;
- b) A proposta deve ser elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo B, sendo redigida sem rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas;
- c) Na proposta os concorrentes devem indicar todos os elementos exigidos no Programa de Concurso;
- d) A proposta deverá indicar o valor em Euros, em algarismos e por extenso, o qual não inclui o Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor.

8 – DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM A PROPOSTA

A proposta, obrigatoriamente redigida em língua portuguesa, deve ser acompanhada de:

- a) A proposta apresentada por pessoa singular, é acompanhada por elementos de identificação do concorrente: nome, morada, email, nº contribuinte;
- b) A proposta apresentada por pessoa coletiva, é acompanhada por cópia de certidão comercial da pessoa coletiva e do(s) elemento(s) de identificação de quem legalmente a representa: nome, morada, email, nº de contribuinte;
- c) A proposta é acompanhada da Declaração emitida conforme o modelo constante do anexo C – Declaração, ao presente programa e do qual faz parte.

9 – MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- a) A proposta, juntamente com os documentos que a instruem, deve ser apresentada em subscrito fechado, identificando-se no exterior do mesmo o seguinte: **“PROPOSTA PARA AQUISIÇÃO DE DIVERSOS LOTES DE VEÍCULOS”** e o(s) lote(s) a que respeita(m);
- b) Este, por sua vez, é encerrado num segundo sobrescrito, onde deverá constar no exterior do mesmo a identificação ou denominação do concorrente, objeto a que respeita e dirigido ao Presidente da Comissão da Hasta Pública e endereçado à secção de Património da Câmara Municipal de São Pedro do Sul, sita no Largo de Camões, 3660-436 São Pedro do Sul;



MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL

Secção de Património

- c) As propostas deverão ser entregues pelos concorrentes ou seus representantes até às 16.00 horas do dia 21/06/2019, na secção de Património da Câmara Municipal de São Pedro do Sul, 3660-436 São Pedro do Sul, contra recibo, ou através de correio registado com aviso de receção;
- d) Se o envio da proposta for feito pelo correio, o concorrente será o único responsável pelos atrasos que porventura se verifiquem, não podendo apresentar qualquer reclamação na hipótese da entrada dos documentos acontecer já depois de esgotado o prazo fixado para a entrega das propostas;
- e) As propostas, uma vez recebidas, não podem ser retiradas;
- f) Será elaborada lista das propostas apresentadas, ordenada de acordo com a respetiva data de apresentação.

10 – PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

O adjudicatário é obrigado a manter a sua proposta, designadamente o preço que propôs ou o que resultar da sua licitação final, pelo prazo de 66 (sessenta dias) dias, contados da data do dia da realização do ato público.

11 – VALOR BASE

Os valores base de referência para a venda dos diversos lotes objeto do presente procedimento são os seguintes:

Lote 1: € 20 000,00 (vinte mil euros) – não serão admitidos lanços inferiores a € 200,00 (duzentos euros), definido nos termos do nº 2 do artigo 91º do Decreto-Lei 280/2007, de 07 de agosto, na sua atual redação;

Lote 2: € 2 560,00 (dois mil, quinhentos e sessenta euros) – não serão admitidos lanços inferiores a € 30,00 (trinta euros), definido nos termos do nº 2 do artigo 91º do Decreto-Lei 280/2007, de 07 de agosto, na sua atual redação;

Lote 3: € 100,00 (cem euros) – não serão admitidos lanços inferiores a € 10,00 (dez euros), definido nos termos do nº 2 do artigo 91º do Decreto-Lei 280/2007, de 07 de agosto, na sua atual redação;

Lote 4: € 16 000,00 (dezasseis mil euros) – não serão admitidos lanços inferiores a € 200,00 (duzentos euros), definido nos termos do nº 2 do artigo 91º do Decreto-Lei 280/2007, de 07 de agosto, na sua atual redação;

12 – CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

O critério no qual se baseará a adjudicação será o da proposta mais vantajosa, que incidirá exclusivamente sobre o valor a pagar pelo concorrente.

No caso de empate entre as propostas apresentadas, e caso não haja licitações acima destas, a Comissão convidará os concorrentes a melhorar a sua proposta.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL

Secção de Património

13 - LOCAL, DIA E HORA DO ATO PÚBLICO

Pelas **10.00 horas do dia 24 de junho de 2019**, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de São Pedro do Sul, procede-se, em ato público, à abertura das propostas recebidas.

Ao ato público pode assistir qualquer interessado, apenas podendo nele intervir os concorrentes e seus representantes legais, devidamente credenciados.

14 - ADMISSÃO DE PROPOSTAS

São excluídas as propostas que:

- a) Não sejam recebidas no prazo fixado para a apresentação das mesmas;
- b) Não contenham os elementos exigidos no artigo 8º do presente Programa;
- c) Não observem o disposto no artigo 9º do presente Programa, desde que a sua falta seja essencial;
- d) Apresente, para cada lote, propostas de valor inferior aos valores base definidos no artigo 11º do presente Programa;
- e) Sejam apresentadas como variantes ou apresentem condições que envolvam ou representem alterações das cláusulas do Caderno de Encargos.

15 - TRAMITAÇÃO DO ATO PÚBLICO

- a) Declarado aberto o ato público, a Comissão procede à identificação da Hasta Pública e à abertura das propostas recebidas;
- b) A Comissão procede, após, à leitura da lista de concorrentes que apresentaram propostas, elaborada de acordo com a ordem de entrada das mesmas;
- c) Seguidamente, a Comissão procede à identificação dos presentes que pretendam licitar;
- d) A praça inicia-se, LOTE a LOTE, havendo lugar a licitação a partir do valor da proposta mais elevada ou, se não existirem propostas ou não existirem propostas válidas, a partir do valor base de licitação fixado;
- e) A licitação é efetuada por lote, pela ordem referida no artigo 11º do presente Programa, sendo o valor mínimo dos lances o referido no mesmo artigo;
- f) Os trâmites subsequentes decorrerão nos termos do definido no artigo 91 do Decreto-Lei 208/2007, de 7 de agosto, na sua redação atual;
- g) A licitação termina quando tiver sido anunciado por três vezes o lance mais elevado e este não for coberto.

16 - ADJUDICAÇÃO PROVISÓRIA

- a) No final da praça é elaborado o respetivo Auto de Arrematação (anexo D), que deve ser assinado pelos membros da Comissão e pelo adjudicatário provisório;



MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL

Secção de Património

- b) Da decisão de adjudicação serão formalmente notificados os concorrentes que tenham apresentado proposta em carta fechada, a quem tenha sido adjudicado algum lote, mas não tenham comparecido ao ato público;
- c) A Câmara Municipal poderá cessar a adjudicação, caso o concorrente a quem vier a ser adjudicada a venda, não respeite os prazos e condições enunciados nos números seguintes.

17 – PAGAMENTOS

- a) Pela aquisição dos bens objeto da presente Hasta, e sem prejuízo das demais obrigações previstas no presente Programa de Procedimento, o adjudicatário deve pagar ao Município de São Pedro do Sul o preço constante da proposta adjudicada;
- b) Adjudicado provisoriamente, o adjudicatário deverá proceder de imediato ao pagamento de 25% do valor da adjudicação;
- c) Os restantes 75% serão pagos no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data da Hasta Pública, após o que lhe serão disponibilizados os bens arrematados;
- f) A falta de pagamento, a não apresentação dos documentos solicitados no artigo 18 do presente Programa, e a prestação de falsas declarações implicará a reversão dos bens para o Município, perdendo o adjudicatário todos os direitos já constituídos sobre eles, e bem assim o que porventura haja pago, sem direito a qualquer indemnização;
- g) Após o cumprimento do disposto na alínea b), quaisquer prejuízos resultantes de furto, deterioração ou sinistro que possam ocorrer, correm por conta do adquirente, sem que por isso possa a vir a exigir, indemnização alguma ou redução do preço proposto;
- h) Serão da conta do adjudicatário todas as despesas derivadas da arrematação, e demais imposições tais como, transferência de propriedade, registos, etc..

18 – DOCUMENTOS A ENTREGAR PELO ADJUDICATÁRIO

O adjudicatário provisório deve, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do Auto de Arrematação ou da notificação a que se refere a alínea b) do artigo 16º do presente Programa, apresentar os seguintes documentos:

- a) Declaração conforme ANEXO E;
- b) Certidão da regularidade da situação contributiva relativamente a impostos ao Estado Português;
- c) Declaração da regularidade da situação contributiva relativamente a contribuições para a Segurança Social.

19 – NÃO ADJUDICAÇÃO

Não há lugar a adjudicação provisória se não tiverem sido apresentadas propostas válidas, nem licitação igual ou superior aos valores definidos nos termos do artigo 11º e quando existam fundados indícios de conluio entre os proponentes ou outra causa justificativa.



MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL

Secção de Património

A adjudicação caduca se não forem apresentados os documentos solicitados no artigo anterior.

Em caso de anulação da adjudicação provisória ou de não adjudicação, por causa imputável ao adjudicatário, pode o lote respetivo ser adjudicado ao interessado que tenha apresentado a proposta, ou lanço, imediatamente inferior ao valor da arrematação.

20 – CAUÇÃO

Não há lugar à prestação de caução.

21 – CONTRATO

A relação contratual extingue-se com o pagamento do preço resultante da adjudicação e remoção dos bens e eventuais resíduos do local onde se encontram.

22 – DISPOSIÇÕES FINAIS

A Câmara Municipal reserva-se o direito de não adjudicar, se assim o entender, em função do interesse público do Município.

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações, determina a a respetiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

23 – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que não estiver previsto no presente Programa aplica-se o disposto no Decreto-Lei 4/2015, de 07 de janeiro (Código do Procedimento Administrativo), no Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (Código dos Contratos Públicos), Decreto-Lei 152-D/2017, de 11 de dezembro, na sua redação atual (Veículos em Fim de Vida), Portaria 145/2017, de 26 de abril, alterada pela Portaria 28/2019, de 18 de janeiro (Transporte de Resíduos).

Subsidiariamente aplicou-se o Decreto-Lei 280/2007, de 7 de agosto, na sua redação atual (Regime Jurídico do Património Imobiliário Público).

S. Pedro do Sul e Paços do Concelho, aos 15 de maio de 2019

O Presidente da Câmara Municipal

(Vítor Manuel de Almeida Figueiredo)

Largo de Camões
3660-436 São Pedro do Sul
NIF 506 785 815

Telef (+351) 232 720 140
Fax (+351) 232 723 406
www.cm-spsul.pt
geral@cm-spsul.pt
MDE032E01

